



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2025

Requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre as notícias veiculadas sobre supostas fraudes e irregularidades em contratos educacionais investigados pela Polícia Federal, incluindo a relação desta Pasta com a empresa Life Tecnologia Educacional.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações sobre as notícias veiculadas sobre supostas fraudes e irregularidades em contratos educacionais investigados pela Polícia Federal, incluindo a relação desta Pasta com a empresa Life Tecnologia Educacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações sobre as notícias veiculadas sobre supostas fraudes e irregularidades em contratos educacionais investigados pela Polícia Federal, incluindo a relação desta Pasta com a empresa Life Tecnologia Educacional.

Nesses termos, requisita-se:

1. O Ministério da Educação confirma a veracidade das informações divulgadas pela imprensa referentes à existência de contratos, convênios ou repasses envolvendo a empresa Life Tecnologia Educacional, apontada como alvo de investigação da Polícia Federal?

– Em caso afirmativo, encaminhar cópias integrais dos processos administrativos, incluindo editais, termos de referência, atas de registro de preços,

notas de empenho, pareceres jurídicos, fiscalizações e aditivos relacionados a essa parceria.

2. Caso confirmada a veracidade dos fatos, quais os instrumentos contratuais firmados pelo MEC e suas entidades vinculadas com a referida empresa nos últimos cinco anos?

– Encaminhar lista nominal, valores contratados, fontes orçamentárias, número do processo e documentos comprobatórios.

3. Quais estados e prefeituras receberam materiais, kits educacionais ou livros fornecidos pela empresa investigada mediante contratos financiados com recursos federais?

– Encaminhar planilha detalhada com UF, CNPJ, objeto, valores e situação da entrega, bem como relatórios de fiscalização.

4. Houve auditorias internas, inspeções, recomendações ou apontamentos da Auditoria Interna, da CGU ou do FNDE sobre possíveis irregularidades, sobrepreço ou superfaturamento?

– Encaminhar todos os relatórios, notas técnicas, alertas e pareceres eventualmente emitidos.

5. O MEC instaurou sindicância, investigação preliminar, processo administrativo disciplinar ou adotou medidas para suspender contratos relacionados aos fatos noticiados?

– Encaminhar portarias, despachos, determinações e conclusões.

6. O Ministério recebeu visitas, contatos, agendas, intermediações ou tentativas de influência por parte de Carla Ariane Trindade (ex-nora do Presidente Lula), Kalil Bittar (ex-sócio de Lulinha) ou terceiros vinculados à empresa investigada?

- Encaminhar agendas, registros de entrada, e-mails, despachos ou documentos correlatos.

7. Qual é o valor total repassado pela União à empresa investigada e às demais pessoas físicas e jurídicas mencionadas na operação policial?

- Encaminhar planilhas completas de execução orçamentária e financeira.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo informações divulgadas pela imprensa nacional, a Polícia Federal deflagrou operação para investigar supostas fraudes em licitações envolvendo a empresa Life Tecnologia Educacional, incluindo possíveis conexões com pessoas próximas ao núcleo político do Governo Federal.

De acordo com o noticiado, contratos milionários para fornecimento de materiais educacionais estariam sendo analisados por suspeitas de superfaturamento e uso inadequado de recursos públicos. Tais fatos, se confirmados, são graves e exigem esclarecimentos imediatos, com transparência e responsabilidade.

O tema revela impacto direto sobre a política educacional brasileira, já marcada por desafios expressivos: baixos índices de aprendizagem, déficit de infraestrutura escolar, desigualdades regionais profundas e a urgência de recuperação escolar pós-pandemia. A situação torna-se ainda mais preocupante por ocorrer justamente durante o período de aplicação do ENEM, quando o Ministro da Educação deveria estar focado na coordenação institucional e na orientação ao público que realiza as provas. Em vez disso, o País testemunha sua Pasta em evidência em manchetes policiais de grandes veículos de comunicação por denúncias graves, comprometendo a credibilidade do Ministério e afetando a confiança das famílias e estudantes.

Diante da relevância do tema e do papel constitucional de fiscalização exercido pelo Senado Federal, é indispensável a apuração completa dos fatos e o envio de todos os esclarecimentos necessários ao Parlamento. O controle externo, aliado ao dever de transparência, impõe que esta Casa Legislativa verifique a regularidade dos atos administrativos e garanta que os recursos da educação – já escassos – estejam sendo aplicados adequadamente. Por essas razões, apresenta-se o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2025.

Senadora Damares Alves